

*Maciel e Osório*  
*Dois rostos de militares da Covilhã na*  
*guerra civil de 1832-34*

*Por: Luís Guilherme de Oliveira Dilela Pina Caetano*  
*Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã*

Na cidade da Covilhã, as lutas liberais ficaram marcadas pelo apoio claro à causa absolutista de D. Miguel. No entanto, de acordo com documentos existentes no arquivo municipal da Covilhã e transcritos e disponíveis no espólio de Luíz Fernando Carvalho Dias<sup>(1)</sup>, durante a década de 20 e 30 do séc. XIX, viveram-se nesta então vila, momentos revolucionários e contra revolucionários: “Houve muito descontentamento, reuniões secretas da maçonaria (...), prisões, exílios, mortes, quer de miguelistas quer de liberais constitucionalistas ou cartistas” (Dias M., 2014). Neste contexto, assumiu importância o papel de militares locais como Joaquim Maciel (apoiantes constitucionalista) e Tavares Osório (apoiantes absolutista).

“A Covilhã dividia-se, as divergências mais que entre constitucionalistas e realistas eram na verdade entre cristãos velhos e cristãos novos, os ‘morrás’ aos pedreiros e judeus eram uma constante” (Madaleno C., 2018a:19). Este era um fator fraturante em todo o país a partir de 1822, quando duas facções distintas divergiram relativamente a este ponto nas Cortes Constituintes: os deputados mais conservadores eram defensores que o catolicismo deveria ser a única religião permitida no reino de Portugal e que deveria haver uma censura prévia a todos os escritos sobre a Igreja e a religião, enquanto que os vintistas eram defensores de que a religião Católica deveria ser a religião oficial de Portugal e recusaram a possibilidade de haver censura face aos escritos eclesiásticos.

A divisão religiosa, e conseqüentemente entre os que defendiam a constituição e os que eram adeptos do Infante D. Miguel, acentuou-se no início de maio de 1824, com uma perseguição aos judeus efetuada pela voz do Pe Pedro Alves, que “incitou os populares à revolta” (Madaleno C., op. cit.), numa iniciativa fomentada pelo próprio D. Miguel, o que conduziu a um clima de tensão na vila da Covilhã, que apenas terminou após D. João VI colocar fim ao ato rebelde que esse infante levava a cabo em Vila Franca, havia um ano. A nível militar também se verificaram claras divisões pois, se por um lado nos surge um grupo de oficiais descendente de abastados cristãos novos que apoia o liberalismo (como por exemplo os *Macieis*, oriundos de Lisboa e proprietários de uma quinta na entrada sul da vila), por outro lado, o peso do conservadorismo das velhas famílias detentoras do poder social, político e militar, persiste em reivindicar o velho regime absolutista (falamos, neste caso dos *Costa Lobo*, família residente na vila desde há várias gerações, à altura).

Nos quatro anos seguintes, os tumultos teimaram em persistir, marcados pela ocupação de habitações de judeus, pela perseguição ou apoio aos padres defensores da causa absolutista, pela aclamação e pelas injúrias proferidas contra D. Pedro IV ou pelos apedrejamentos aos vidros das fábricas pertencentes a cristãos novos como a dos Mendes Veiga ou das casas dos considerados liberais, conforme se pode ler numa carta de 16 de junho de 1828, do Juiz de Fora António Roberto Queiroz ao Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino que refere “acontecia juntar-se imenso povo que

---

(1) Carvalho Dias, M. e Carvalho Dias M., 2011, *Covilhã – Subsídios para a sua História Covilhã*. <http://covilhasubsidiosparasuahistoria.blogspot.com/2011/05/apresentacao.html> [abril 2021]

correu às casas dos notados por liberais e lhes quebrou as vidraças sem que os voluntários milicianos pudessem impedir este excesso” (Carvalho Dias, M: 2014). Destes acontecimentos também nos dá conta Madaleno C. quando refere que “no início de 1925, um grupo de miguelistas (...) efetuou o cerco e ocupação de algumas casas de ditos judeus e a 2 de fevereiro os vidros da fábrica dos Mendes Veiga eram partidos” (Madaleno C., 2018b:2).

Por todo o concelho se verificavam episódios contra a ordem pública: De acordo com Madaleno, C. (2018b: 2), no dia 8 de fevereiro de 1827 verificou-se um levantamento popular a favor de D. Miguel na freguesia da Erada, episódio que obrigou à deslocação a essa aldeia do Juiz de Fora acompanhado de um oficial e de 12 soldados; a 2 de abril foram presos 2 populares, José Lourenço e Manuel Gonçalves, no Tortosendo, por proferirem cânticos subversivos contra D. Pedro IV.<sup>(2)</sup> Vários padres tiveram também um papel de destaque na luta contra D. Pedro e contra o constitucionalismo, como foi o caso do Pe Luiz de Simões (do Paul), do Pe Joaquim Cascão (de Vale Formoso) e do Pe Manuel Gomes Ferreira (de Casegas). D. Miguel, mesmo exilado, continuava a exercer uma forte influência sobre os covilhanenses, “alimentando a esperança de uns e o temor de outros” (Madaleno C., 2018a:19).

Chegado a Lisboa em 1828, D. Miguel ordena que se forme “hum Corpo de dous mil e seiscentos e noventa e dous homens (...) que se dominará Voluntários Realistas (...)” (Salema V., 1970: 5). Embora este plano se destinasse apenas à população de Lisboa, houve uma grande adesão por outros locais do país, como foi o caso da Covilhã. Este facto é referido por D. Miguel no decreto publicado em 30 de maio de 1828: “Tendo-se briosamente oferecido muitos habitantes (...) das Villas de Santarem, Covilhã, Setubal, Campo Maior, Extremoz e Borba, para se armarem em Minha defesa, e da Patria (...), Sou Servido Ordenar, que nas ditas Cidades e Villas se formem Batalhões denominados Voluntarios Realistas de tal Cidades, ou Villa a que pertencem (...)” (Id. Ib.: 6). Desde logo formaram-se cerca de duas ou três Companhias de Voluntários Realistas na Covilhã, facto que é comprovado numa carta de 24 de maio de 1828, do Juiz de Fora da Covilhã, António Roberto de Araújo Queiroz ao Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino onde refere que “hoje se está formalizando em camara um batalhão de voluntários realistas do Senhor D. Miguel, para com o mais vivo zelo e amor debelar os pervensos traidores que ousaram defender os seus Direitos. Toda esta Vila e seu Distrito se acha animada do maior entusiasmo pela sagrada causa da Realeza” (Dias, M.: 2014).

Não só a nível militar foi expressada a solidariedade dos covilhanenses para com D. Miguel, com os tumultos a voltarem a tomar conta das ruas da então vila quando se ficou a conhecer o desembarque do Infante em Lisboa. O Juiz de Fora, Luís José da Cunha solicita reforços armados ao governador militar da Província. Estes reforços

---

<sup>(2)</sup> Algumas destas ocorrências são referidas nos maços da correspondência das Comarcas do Reino e juizes de fora com o Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino reunidos por Luís de Carvalho Dias) (Carvalho Dias, M: 2015).

Chegam, no entanto os tumultos são de tal gravidade, que D. Luís da Cunha é obrigado a fugir. Os apoiantes constitucionalistas foram perseguidos e encarcerados, como foi o caso de Luiz Maria de Melo, o sargento Serrão, (no final da Guerra Civil, a sua patente foi elevada a Major) o fiscal dos tabacos (do Fundão) e *Joaquim Antonio Clementino Maciel da Costa*, capitão de milícias no Batalhão Covilhã, fervoroso adepto da causa constitucionalista, que dera provas de apoio a D. Maria e às “liberdades publicas pelo que foi preso na Torre de S. Julião da Barra e depois transferido para o Porto” (Dias, M: 2015b) Este episódio dramático aconteceu na sequência da perseguição a Joaquim Maciel, cuja história ainda se mantêm viva nas tradições orais populares que relatam a sua fuga e necessidade de se esconder no buraco de um velho castanheiro, episódio que está na origem no nome da pequena localidade do Refúgio (Covilhã) que nasceu junto às propriedades e palacete que Joaquim Maciel viria a adquirir, já depois de terminada a guerra civil <sup>(3)</sup>.

Estes casos espelham a realidade sentida nesta zona: os “liberais (...) na Covilhã foram sempre uma minoria e, por isso quase sempre descobertas as suas iniciativas” (Madaleno C., 2018c:19).

A onda liberal apenas ganhou uma maior expressão após a proclamação de D. Miguel como rei, com uma marcada resistência no Teixoso, onde António da Costa Falcão “derruba o pavilhão real” e “são espalhados, na mesma freguesia pasquins onde se critica o governo de D. Miguel” (Madaleno C., 2018c:19 e Carvalho Dias, M: 2015).

Estas tentativas de oposição ao novo monarca foram reprimidas, sendo que por esta época “soma-se grande número de presos políticos, de deportados para África, de executados pela justiça oficial e maior ainda dos que morrem às mãos de uma pretensa justiça popular” (Madaleno C., 2018c:19).

Entretanto, através de influências diplomáticas nas cortes europeias, D. Pedro consegue reunir as condições necessárias para formar um exército que repusesse o constitucionalismo em Portugal e restituísse o trono a D. Maria. A guerra civil estava prestes a começar, a violência alastrava e assumiam-se posições.

Durante a Guerra Civil, de 1832 a 1834, “a Beira Baixa forneceu a um dos partidos, ao que foi vencido, nada menos de sete unidades combatentes. Foram elas o Regimento de Cavalaria do Fundão, o Regimento de Caçadores da Beira Baixa, os Batalhões de Voluntários de Realistas da Covilhã e Fundão e de Castelo branco e Penamacor e os Regimentos de Milícias de Idanha a Nova, Castelo Branco e Covilhã.” (Salema V., 1970:3). No dia 15 de novembro de 1828, o covilhanense Luís Cândido Tavares Osório,

---

(3) Relato de D. Dília Cabral, de 73 anos, minha catequista na localidade do Refúgio, que contava a história de Joaquim Maciel que após a guerra civil se tornou conde do Refúgio e que, devido ao episódio da sua fuga e necessidade de se esconder no castanheiro, esta árvore passou a fazer parte do brasão com que viria a ser condecorado e daria também o nome à localidade que, em torno da sua propriedade nasceu.

(o seu avô e bisavô foram capitães mor da Covilhã e o pai juiz de fora), cadete do Regimento de Cavalaria nº 1 é promovido Coronel Commandante do Batalhão de Voluntários Realistas da Covilhã e do Fundão e por decreto de 23 de junho de 1829 é nomeado Francisco Esteves de Oliveira, Tenente da 2ª Companhia do Regimento de Milícias da Covilhã (Id. Ib: 9). No dia 8 de julho de 1832 as forças liberais de D. Pedro desembarcam na praia do Mindelo e, no dia seguinte ocupam o Porto. Para esta cidade se dirigem todas as tropas disponíveis “e para lá marcha também (...) o Batalhão de voluntários Realistas da Covilhã e Fundão” (Id. Ib: 12). No dia 17 de dezembro de 1832, face a uma investida dos liberais na região do Candal, o Batalhão da Covilhã e do Fundão detêm o avanço dos inimigos “com uma vigorosa carga à baioneta”, forçando-os a recuar. Neste dia o Comandante do Batalhão, Luís Cândido Tavares Osório é condecorado com o grau da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, pelo seu “distinto comportamento” (Id. Ib: 13)

O papel do Batalhão Realista da Covilhã e Fundão destaca-se ainda no ataque ao Porto em 25 de julho de 1833 e no “Exercito de Operações sobre Lisboa” em setembro de 1833, na sequência da entrada do Duque da Terceira, que apoiava D. Pedro e os constitucionalistas liberais, na capital. Nesta operação, o Batalhão da Covilhã e do Fundão, integrado no grosso do Exército de operações, e constituído numa Brigada Ligeira, sob o comando do Coronel Dubreuil, marcha para sul, passando por Coimbra, Leiria, Alcobaça, Óbidos e Torres Vedras, concentrando-se a 4 de setembro no Lumiar. No dia 5 de setembro, do Campo Grande segue para Sete Rios, toma o Palácio de Palhavã e avança para Atalaia. O dia termina, no entanto, com recuos e perdas significativas nos redutos do Seabra e da Atalaia “A pouco e pouco, batendo-se por cada palmo de terreno, Dubreuil vai cedendo o que tanto custara a conquistar (...)” (Id. Ib: 21).

Esta derrota conduz ao desânimo e ao aumento das deserções entre os soldados, principalmente entre as Milícias e os Voluntários Realistas. Ainda se tenta uma segunda investida, a 14 de setembro, sobre a Penha de França, com a base de ataque na Portela de Sacavém e, posteriormente em Campolide – S. João da Pedreira, no entanto a ação foi curta e violenta e termina sem obter resultados. Já no dia 10 outubro é a vez dos liberais atacarem, liderados por Saldanha, numa ofensiva não esperada da artilharia que bombardeia os acampamentos miguelistas. Após alguma resistência, os exércitos miguelistas retiram, pressionados pelas forças liberais e recuam, durante a noite, para uma linha a norte de Loures.

“Sem apoios nem bases, e sem possibilidade de poder, tão cedo, conquistar Lisboa” o Exército absolutista retira e instala-se em Santarém, “numa posição segura, de fácil defesa e com ligações fáceis com o resto do país, ainda todo praticamente obedecendo a D. Miguel” (Id. Ib: 27) A guerra acabou por se espalhar pelo país inteiro, com o exército absolutista a fracassar, (Id. Ib: 27).

Em Fevereiro de 1834, o Batalhão de Voluntários realistas da Covilhã e Fundão passam a integrar a 3ª Brigada do Exército de Operações do Alentejo, operando ainda em Marvão onde tentam, sem sucesso, conquistar esta praça, ocupada por liberais desde

12 de dezembro de 1833. Entretanto, a batalha de Almoester, que acontecera a 18 de fevereiro de 1834, foi particularmente penosa para o Regimento de Caçadores da Beira Baixa, que perdeu o seu Comandante e outros 160 homens, o que representou metade das perdas do Exército de D. Miguel, nesse dia. A guerra estava perdida para D. Miguel, concentrando-se em Évora, em maio, o resto do que fora o Exército Realista. Os números permitem perceber a dimensão e desastre que esta guerra representou para o povo português: em 1832 o exército absolutista dispunha de 80000 homens, enquanto, 2 anos depois, apenas aí se encontravam 8000 soldados.

1834 é o ano da derrota e do exílio miguelista com a convenção de Évora- Monte. Inicia-se também o governo de D. Maria II, mas a estabilidade ainda não chegaria tão cedo. No que diz respeito aos constitucionalistas que pretendiam para Portugal um país mais livre, liberal, justo e igual, fica o nome do capitão de milícias da Covilhã Joaquim António Clementino Maciel da Costa, o tal covilhanense perseguido por miguelistas, que dera provas de apoio a D. Maria e que, por esse motivo foi nomeado Provedor do Concelho da Covilhã na Comarca da Guarda no dia 4 de julho de 1834. (Carvalho Dias, M: 2015b). Muitos outros nomes foram vítimas da perseguição do regime absolutista, contabilizando-se inúmeros presos políticos e mortos, muitos deles que residiam na Covilhã e que caíram a lutar por um país mais justo, igual, fraterno e livre.

Chegando ao fim do trabalho, após várias horas de pesquisa nas fontes a que tive acesso e com o contributo inestimável da Professora Lídia Mineiro e do Dr. Carlos Madaleno, pude obter uma rede de informações complexa do que foi a história militar da Covilhã durante as Lutas Liberais e o papel que a cidade assumiu neste conflito. Tive a oportunidade de elaborar um pequeno trabalho de investigação que me deu muito prazer, na medida em que pude compreender o papel da população do concelho onde nasci e resido, num período tão importante da história de Portugal e, desta forma, tomar consciência clara da inter relação tão forte que existe entre a história local, a história nacional e a história da humanidade. Constatei também que, embora tenham já passado quase 200 anos, persiste ainda na memória coletiva do concelho, o papel de algumas figuras militares, como a de Joaquim Maciel, eternizada na toponímia, como o Refúgio (pequena localidade da Covilhã).

Percebi também a forma intensa com que a população da Covilhã tomava partido por causas, muito também pelas suas características sociais e história, muito ligadas a conflitos com a vizinha Espanha, com a necessidade de defesa e de organização, com a longínqua ligação ao trabalho dos têxteis e à presença de comunidades fortes de judeus.

Foi, sem dúvida uma experiência muito enriquecedora, onde pude iniciar-me no trabalho de investigação em História.